

DISCOURSES OF INNOVATION AND SOCIETY EMERGENCIES: REFLECTIONS ON SAFETY DEVICE ON MICHEL FOUCAULT

DISCURSOS DE INOVAÇÃO E AS URGÊNCIAS DA SOCIEDADE: REFLEXÕES ACERCA DO DISPOSITIVO DE SEGURANÇA EM MICHEL FOUCAULT

Kátia Menezes de SOUSA¹

Universidade Federal de Goiás (UFG/FAPEG²)

RESUMO

Este trabalho busca promover uma reflexão acerca das possibilidades de resistência ao biopoder, noção que é abordada a partir de concepções formuladas por Michel Foucault. Com base em leituras da obra do filósofo francês, considera-se a população como campo de atuação, e os dispositivos de segurança como instrumentos. A partir dessas orientações, elabora-se o problema da tendência à incitação de discursos de inovação, que se articulam como uma reação aos problemas que a sociedade contemporânea enfrenta.

ABSTRACT

This paper aims to promote a reflection about the resistance possibilities to biopower, a notion that will be considered from the conception formulated by Michel Foucault. According to the readings of the French philosopher's work, the population is understood as action field and the safety devices as instruments. From these guidelines, the problem of the tendency to incitement of discourses of innovation is elaborated, articulated as a reaction to the problems that contemporary society faces.

¹ Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás.

² Bolsista de Pós-Doutoramento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás.

PALAVRAS-CHAVE

Discurso, poder e resistência.

KEYWORDS

Discourse; power and resistance.

Diante da proposta de realizarmos um trabalho que contemplasse o tema “Discurso e intervenção social” e que, também, pudesse se configurar como resultado parcial de nossos estudos no projeto de Pós-Doutoramento, intitulado “dispositivos de segurança e inovação na atualidade: os discursos, os saberes e as relações de poder na produção de subjetividades”, é que elaboramos este texto com o objetivo de refletirmos acerca das possibilidades de resistência ao biopoder, que tem, como campo de atuação, a população e, como instrumentos, os dispositivos de segurança. Para isso, tomamos, de Michel Foucault, algumas noções, tais como enunciado, biopoder, dispositivo e segurança, para a problematização da tendência à incitação de discursos de inovação, que surgem como forma de enfrentamento ou de contorno dos problemas que atingem a sociedade na atualidade.

A leitura de Foucault, mais especificamente em *A Arqueologia do saber*, redireciona o nosso olhar para o enunciado como unidade de análise da língua e dos sentidos possibilitados. Nos termos de Deleuze (2005), a análise arqueológica de Foucault suscita uma problemática que explicita uma teoria do enunciado como teoria-prática das multiplicidades. Problematizar o fato de um enunciado poder ser realizado e não um outro em seu lugar nos remete à análise de outros enunciados, mesmo pertencendo a outras formações discursivas, e a outros momentos e espaços, que autorizam a existência daquele enunciado como verdadeiro. É por meio de enunciados que os indivíduos são objetivados; é,

também, com a circulação dos enunciados que eles são transformados em sujeitos, permitindo que os discursos funcionem como técnicas de subjetivação, atuando nos processos de (des)identificação dos sujeitos e na constituição das identidades coletivas que incluem esses sujeitos e que também os excluem.

Foucault recorre à metáfora da rede para demonstrar que o enunciado é sempre um acontecimento, porque está ligado à articulação de uma palavra e, ao mesmo tempo, a uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade de qualquer forma de registro. A ideia de rede tem configurado os sentidos das ações das novas tecnologias e da Ciência e Inovação. O enunciado, nos termos de Foucault (1995), é único como todo acontecimento, porém aberto à repetição, à transformação, à reativação, por estar ligado tanto às situações que o provocam, quanto a outros enunciados que o precedem e o seguem. Essa capacidade de transformação, reativação, de surgir como acontecimento, parece ser o fundamento que define as práticas de inovação. Portanto, em termos de reflexão sobre a linguagem, tal fundamento já tinha sido considerado, mas como uma propriedade do enunciado.

Mesclando discursos de diferentes esferas do saber, a inovação passa a ser, supostamente, o veículo de transformação de conhecimento em riqueza e melhoria da qualidade de vida das sociedades contemporâneas.

Como práticas que se instauram nas mais variadas instâncias do conhecimento, as técnicas de inovação foram institucionalizadas, recebendo um estatuto de legalidade ao serem definidas e caracterizadas em legislação própria por meio da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, denominada «Lei da Inovação»³, que reflete a necessidade de o país contar com dispositivos legais eficientes que contribuam para o delineamento de um cenário favorável ao desenvolvimento científico, tecnológico e ao incentivo à inovação. Conforme o Ministério da

³ *Lei de Inovação*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004/2006/2004/Lei/L10.973.htm>.

Ciência e Tecnologia (MCT)⁴, o desafio de se estabelecer no país uma cultura de inovação está amparado na constatação de que a produção de conhecimento e a inovação tecnológica passaram a ditar crescentemente as políticas de desenvolvimento dos países. A lei oficializa, assim, práticas que já estavam em desenvolvimento, conforme as necessidades de atendimento aos problemas da sociedade, fazendo com que a inovação, de resultado alcançado, passe a ser meta inicial, obrigatória, na produção de conhecimento.

Os enunciados, para Foucault (1995), passam por uma reatualização, e isso é visível na emergência dos enunciados que identificam e configuram o caráter de inovação na atualidade. Para definir enunciado, Foucault recorre a construções como: “a sua capacidade de circulação e de troca”, para caracterizar o valor que qualquer enunciado carrega; “sua possibilidade de transformação na administração de seus raros recursos e de sua pobreza enunciativa”, para mostrar que o enunciado é resultado de um trabalho de melhoria do produto com o aproveitamento positivo dos parcisos recursos; “um bem”, para concluir que o enunciado é um objeto de luta, de poder.

Um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados, e esse campo associado é constituído pelo conjunto das formulações a que o enunciado se refere, seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, ou se opor a elas, ou para falar de cada uma delas; não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados (FOUCAULT, 1995). O enunciado se encontra relacionado com seus sujeitos, seus objetos, seus conceitos. Foucault (1995) esclarece que o enunciado está ligado a um conjunto de domínios, em que os objetos podem ou não aparecer, a uma determinada posição que pode e deve ocupar o indivíduo para ser seu sujeito, a certos esquemas discursivos que permitem a construção de conceitos, como também sua transformação ou substituição, que serão formulados por meio de

⁴ Sobre a Lei de Inovação. Disponível em <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/8477.html>>

enunciados para que possam ser chamados de seus pelos objetos. Os enunciados remetem a um meio institucional, às práticas não discursivas, sem o qual os objetos surgidos nesse lugar não poderiam ser formados, e nem o sujeito que fala desse lugar.

Pelo que se lê sobre a divulgação de Ciência e Tecnologia, a palavra que resume a ação fundamental das práticas científicas e de inovação na atualidade é relação (associação, conexão). Por isso, consideramos o caráter de novidade do enunciado na noção formulada por Foucault, ao tratá-lo como unidade do discurso, da análise reflexiva das palavras e das coisas e como via de possibilidade de existência dos saberes e do exercício do poder.

O enunciado como multiplicidades práticas garante o exercício da inovação que aparece como argumento para a divulgação de produtos que vão desde aqueles voltados para a saúde, passando pela beleza, longevidade e pelo bem-estar, até aqueles que oferecem o luxo e a sofisticação. Relativamente à saúde, por exemplo, as clínicas e hospitais têm oferecido não só o tratamento de doenças, mas diagnósticos mais precisos, novas tecnologias, comodidade, conforto e até sofisticação, marcada pela arquitetura do prédio. É o que se lê em um anúncio publicitário que traz a imagem externa de um hospital e informa: “A fachada tem linhas dinâmicas. A nova saúde de Pernambuco também”.⁵ O anúncio mostra que o espaço do hospital incorporou as características de outros espaços, acompanhando a máxima da inovação.

Assim, ouve-se falar de “tecidos inteligentes” que inovam por possuírem componentes digitais da eletrônica e da computação embutidos em sua estrutura. Fazem parte da “tecnologia vestível”, como é designada em sua instância de enunciação. Como informa o site Wikipédia⁶, “o campo da integração entre fibras têxteis e componentes eletrônicos avançados é por vezes chamado ‘fibertrônica’”. A inovação, por ter em sua base a relação entre diferentes formações discursivas,

⁵ Disponível em: <http://www.linkpropaganda.com.br/linktrabalhos/hospital-miguel-arraes-2/>

⁶ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tecido_inteligente>

produz enunciados com uma nova materialidade linguística, recriando termos para nomear seus novos objetos.

A moda aparece também relacionada ao meio ambiente, à ideia de sustentabilidade, como pode ser visto em textos que tratam da “Ecomoda”. A inovação ganha existência na interação entre moda e meio ambiente pelo fato de colaborar com as “preocupações recorrentes [...] da ideologia do ‘ecologicamente correto’. A indústria têxtil – um setor significativo da economia brasileira – aderiu à “onda verde” e, atualmente, a moda ecológica é responsável por movimentar entre R\$ 270 e R\$ 362 milhões por ano.⁷” Esse é o motivo nobre, que é explicitado num primeiro momento e que garante o *status* de inovação. Mas outro motivo aparece em segundo plano, que é o relativo ao lucro pelo movimento significativo da economia. Aqui também a materialidade linguística passa por um processo de recriação, colocando em cena construções como ecomoda, onda verde, biojoias, etc.

Segundo essa linha, podemos tomar conhecimento da existência de uma academia denominada *Fit 4 Christ* (em forma para Cristo), como se pode ler na notícia que circulou em 2008⁸: “Igrejas nos EUA oferecem cursos de ginástica para salvar corpo e alma”. Conforme os líderes religiosos entrevistados, “ser um bom cristão e se empanturrar de hambúrguer e batata frita não é um comportamento harmônico, devemos cuidar do nosso corpo, que é o templo de Deus, levar uma vida saudável é um modo de crescer em Cristo e glorificá-lo continuamente”.

Faltaria espaço para demonstrar com exemplos o vasto alcance empreendido pelas tecnologias de inovação, seja em produtos, processos ou serviços. Elas se fazem presentes no atendimento aos clientes, na preparação e realização de viagens turísticas, nos serviços bancários, por exemplo, com enunciados como: “O Banco investe forte no Brasil e faz isso investindo em sustentabilidade”. A indústria e o comércio

⁷ Disponível em: <<http://vivapernambuco.com.br/site/index.php/blogs/2-blog-01/2401-moda-ecologica-estimula-consumo-consciente>>

⁸ Disponível em: <<http://estilo.uol.com.br/ultnot/2008/05/27/ult3617u4768.jhtm>>.

automobilístico são um exemplo interessante de investimento em tecnologias de inovação, pois as empresas tiveram de investir forte em inovação para garantir a participação no movimento sustentável, o conforto, o bem-estar, a comodidade, a facilidade e o requinte aos clientes. A busca pela inovação fez com que os carros fossem especificados como trajes: básico, de série, acessórios, etc. O carro básico, sem opcionais de séries, foi chamado de “pelado” em anúncio recente. Uma propaganda usou como slogan a frase “60 anos de inovação”.

A inovação como meta inicial e não como resultado de ações atende a uma forma de exercício do poder que vai se configurando a partir do final do século XVIII, denominado por Foucault como biopoder por ser exercido sobre o homem-espécie. A busca pelo bem-estar, pela felicidade, longevidade e segurança faz parte das estratégias de controle da população, formuladas dentro do biopoder, que, em sua atuação, se encarrega da vida. É a vida e não a imposição da morte que lhe dá acesso ao corpo da população, é pela possibilidade de viver mais e melhor que a população vai se submetendo ao controle do biopoder. Seu funcionamento visa à vida, mas a morte está sempre pairando os discursos sobre os cuidados com a vida; é a morte anunciada nas prescrições de como viver bem e por mais tempo. Trata-se de uma tecnologia de poder que vai implantar mecanismos com funções diferentes daquelas dos mecanismos disciplinares, pois trabalha com previsões, estimativas, estatísticas, medições globais. Em seu exercício, o biopoder produz paradoxos, conforme Foucault (1999), difíceis de serem contornados, já que o objeto e o objetivo dessa tecnologia é a vida, os perigos devem ser eliminados. Os perigos estão na própria população e sua eliminação está diretamente ligada ao fortalecimento da espécie. A população é o objeto de atuação do biopoder e seus instrumentos são os dispositivos de segurança, conforme Foucault (2008).

A noção de dispositivo não se liga a um significado corriqueiro nos escritos do filósofo, pois se trata de uma construção trabalhada teórica

e analiticamente para demonstrar que o poder não está localizado em nenhum ponto específico da estrutura social, mas que há poderes e que eles funcionam, antes, como uma rede de dispositivos ou de mecanismos à qual nada ou ninguém escapa. Para o autor (2003), o poder não existe; o que existe são práticas ou relações de poder, o que significa compreender que o poder é algo que se exerce, efetua-se e funciona discursivamente.

Ao expor o projeto de seu curso *Em defesa da sociedade*, Foucault (1999) explica que sua tentativa é mostrar como os diferentes operadores de dominação se apoiam uns nos outros, remetem uns aos outros, valem em sua multiplicidade, determinam os elementos sobre os quais incidem, fabricam sujeitos, funcionam como dispositivos. Respondendo a uma questão sobre o que queria dizer com o termo dispositivo, Foucault (2014) esclarece que o considera como de natureza essencialmente estratégica, o que pressupõe uma certa manipulação das relações de força, uma intervenção racional e organizada nestas relações de força, seja para desenvolvê-las em determinada direção, seja para bloqueá-las, estabilizá-las, utilizá-las. O dispositivo, portanto, estaria inscrito em um jogo de poder, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. Resumindo, seriam as estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles.

Fazendo comparações entre a sociedade disciplinar, que continuará fornecendo suas estruturas, e a de segurança, Foucault (2008) vai mostrar que a disciplina trabalha num espaço vazio, artificial, que vai ser inteiramente construído, e a segurança vai trabalhar com algo já dado na disposição do espaço, maximizando os elementos positivos e minimizando o que é risco e inconveniente. A segurança vai trabalhar com probabilidades, procurando estruturar a polifuncionalidade das cidades, considerando um futuro, o que pode vir a acontecer. Assim, ela vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos possíveis, mas que devem ser regularizados dentro de um contexto multivalente e

transformável. Conforme Foucault (2008), vinculados ao problema da segurança está uma técnica e um espaço próprio que pressupõe uma série de acontecimentos possíveis. A ideia de meio, que diz respeito à distância de um corpo a outro, passa a significar o suporte e o elemento de circulação de uma ação. O meio aparece como um campo de intervenção em que, em vez de atingir os indivíduos como uma multiplicidade de organismos, de corpos capazes de desempenhos, vai atingir, precisamente, a população, uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem.

A reflexão acerca do funcionamento dos dispositivos de segurança na atualidade brasileira pode ser tecida, por exemplo, com base em pesquisa realizada pelo Datafolha em 2012, publicada na Folha de São Paulo por meio de uma matéria especial sob o título “DNA Paulistano 2012”⁹. Já no título da matéria, a referência à identidade dos paulistanos como DNA remete aos sentidos de uma constituição biológica do indivíduo. O DNA é um composto orgânico cujas moléculas contêm as instruções genéticas que coordenam o desenvolvimento e funcionamento de todos os seres vivos, armazenando informações necessárias e regulando seu uso. Como DNA, a população de São Paulo aparece como uma massa homogênea de seres vivos. A manchete permite perceber que a população cobra por mais segurança em diferentes domínios: “Levantamento do Datafolha mostra que aumentou o número de moradores da classe B e com formação superior na capital paulista; insegurança dispara tanto entre pobres quanto entre ricos”. A matéria traz números sobre vários itens que compõem o dispositivo de segurança de uma cidade (crimes, higiene, drogas, saúde, alimentação, trânsito, etc.). Para exemplificar, tomamos os dados da pesquisa sobre higiene:

⁹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/especial/2012/dnapaulistano/>>. Acesso em 29/05/2013.

Com 20% do total de respostas, “limpeza, coleta de lixo e sujeira na cidade” apareceram como o item campeão de reclamações, na frente de segurança pública (12%) e buracos de rua (11%).

Segundo o mecânico F. S., 29, a “maldição do centro é que tem o lixo mais rico da cidade”. Isso atrai usuários de crack, “recicladore de mão cheia”.

“Eles passam os dias abrindo sacos de lixo para garimpar dentro deles alguma coisa de valor. E vão deixando um rastro de detritos”, protesta C. N., 67, encanador.

Segundo ele, a situação já era ruim, mas piorou nos últimos tempos, com as intervenções da prefeitura e do Governo do Estado na região.

Num primeiro momento, a higiene aparece como um elemento isolado da segurança pública, configurando-se como problema maior quanto à ordem urbana. As entrevistas mostram a existência de uma relação entre a falta de limpeza e o consumo de drogas, que, no Brasil, é um problema de polícia. A fala de um dos entrevistados denuncia também a contradição entre o lixo rico e a sujeira da cidade, ou seja, quanto melhor e mais variado o lixo, maior é a possibilidade de sujeira e de delinquentes. Os depoimentos apontam para a limpeza da cidade, mas não de seu lixo, que não pode deixar de existir, que é “rico”, e sim dos indivíduos que burlam as regras, não só da limpeza urbana, mas de saúde e de integridade moral e civil, ou seja, dos indivíduos que não participam da população. Esses indivíduos constituem o grupo de risco, nos termos de Foucault (2008), o indicativo de perigo iminente.

Outro fato que chama a atenção é a intervenção do Estado¹⁰ ter contribuído para a piora da situação do lugar. A intervenção, ação que integra o dispositivo, não garantiu a segurança do local. Nesse sentido, Foucault (2014) esclarece que o dispositivo engloba um duplo processo: por um lado, processo de sobredeterminação funcional, pois cada efeito, positivo ou negativo, desejado ou não, estabelece uma relação de ressonância ou de contradição com os outros, e exige um reajustamento

¹⁰ Trata-se do projeto de revitalização do entorno da estação da Luz que incluiu a derrubada do Shopping Luz [especializado em confecções populares].

dos elementos heterogêneos que surgem dispersamente; por outro lado, processo de preenchimento estratégico perpétuo.

Considerando que dispositivo seja um termo técnico essencial do pensamento de Foucault, Agamben (2009) explica que não se trata de um termo particular, que se refira somente a esta ou àquela tecnologia do poder, a esta ou àquela medida de segurança, mas à rede que se estabelece entre esses elementos. O autor ainda acrescenta que seria possível definir a fase atual da consolidação capitalista como uma gigantesca acumulação e proliferação dos dispositivos, pois não há um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo. E lança uma pergunta (de que modo podemos enfrentar essa situação e qual estratégia usar?), para em seguida respondê-la: “Não se trata simplesmente de destruí-los, nem, como sugerem alguns ingênuos, de usá-los de modo justo” (AGAMBEN, 2009, 42), pois, na raiz de cada dispositivo, está um desejo humano de felicidade, e a captura e a subjetivação deste desejo em uma esfera separada constitui a potência específica do dispositivo. Os dispositivos de segurança são mecanismos heterogêneos que trabalham no nível dos acontecimentos por meio das contradições construídas como garantia de sua manutenção, que prevê mudanças, adaptações e reaproveitamentos. Os mecanismos dos dispositivos de segurança controlam, vigiam, invadem, mas são desejados, reivindicados e conquistados como forma de garantia de uma vida mais tranquila e feliz.

Agamben (2009, p. 35), ainda, sintetiza a noção, demonstrando que o dispositivo diz respeito “a um conjunto de práticas e mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não-linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) que têm o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito mais ou menos imediato”. Como dispositivo de segurança, os efeitos desencadeados por suas técnicas escapam a seu próprio controle que a tudo e a todos quer controlar, e as contradições tornam-se visíveis,

exigindo que outros discursos sejam mobilizados para a solução do efeito não esperado.

No texto “Por uma teoria do poder destituinte”, proferido em uma palestra em Atenas, em novembro de 2013, Agamben sugere a hipótese de que o paradigma governamental na Europa de hoje não é democrático e nem político. A noção de política foi substituída pelo conceito de segurança, e lembra a fórmula “por razões de segurança” que opera em todos os domínios da sociedade, para defender a ideia de que vivemos num estado de exceção, já que as razões de segurança são hoje a tecnologia permanente de governo. Tal tecnologia ganha força, principalmente, com a reação política aos atentados ao World Trade Center em setembro de 2011, que, conforme Thomas Lemke (2014), deixa claro que o arsenal legal não é suficiente para proteger a população contra os perigos. É preciso suspender os direitos básicos em nome da garantia geral de segurança. Assim, o estado de exceção, como diagnosticado por Agamben, está se tornando, nas democracias ocidentais, o sistema de governo normal.

O controle surge de todos os lados e impõe o autocontrole, reconfigurando as funções da vigilância, que não é mais uma forma de punir, mas de precaver dos perigos da cidade. As câmeras ocupam todos os espaços urbanos na atualidade e funcionam como instrumento do dispositivo de segurança construindo a sensação de estar fora do risco. Mesmo que, para alguns ou para algumas instituições, elas se constituam como invasoras da privacidade, a tendência é a de que, diante de qualquer perigo, as pessoas se convençam da sua utilidade. Acabamos, assim, por estender para os espaços públicos as tecnologias antes restritas aos presídios.

A sensação de insegurança alimenta o medo, mas o medo garante o funcionamento dos dispositivos de segurança. É pelo medo que eles asseguram sua existência. O medo de ser vítima de crimes é o que mais ocupa os espaços das mídias por meio das notícias que apontam para uma

violência generalizada na sociedade. Além de funcionar pelo medo, com exemplos, estimativas, prognósticos e estatísticas, o dispositivo, com base nos mesmos dados, oferece as formas de segurança, os aconselhamentos para a conquista do bem-estar, da saúde e da tranquilidade. Ao mesmo tempo em que se apresenta como promessa de felicidade, instaura barreiras que imobilizam pelo medo.

Nesse sentido, o medo ordena também o lucro, estimulando o consumo e, ao mesmo tempo freando-o. Tenta inibir, por exemplo, o consumo de certos alimentos, mas, pela construção da insegurança, incentiva o consumo de produtos de vigilância e blindagem, e para o isolamento. É o caso das barreiras físicas construídas ao redor das residências, escolas, fábricas, etc., que impõem o isolamento nas cidades. Isolamento que se tornou produto de consumo para obtenção da segurança. Para seu consumo, um pacote de outros produtos é exigido: cercas, muros, câmeras de vigilância, alarmes, guardas armados, etc. Construtoras e imobiliárias fazem um uso produtivo do medo para vender segurança em seus empreendimentos. Esse é um item obrigatório nos lançamentos imobiliários que são divulgados por meio de diferentes suportes midiáticos. Contudo, o paradoxo, como já apontado por Foucault (2008), é constitutivo dos dispositivos, e enunciados são possibilidos pela rede discursiva que constrói o objeto segurança na atualidade. De acordo com Thomas Lemke (2014), a visão atual de autoempreendimento promete opções e oportunidades múltiplas para consumir, mas exige o cálculo e a estimativa de riscos constantes, estabelecendo, assim, um medo permanente de fracasso. O medo é um instrumento para cultivar um senso de suscetibilidade e vulnerabilidade. No contexto do governo neoliberal, sustenta Lemke (2014, p. 118), o medo é a base e o motivo para constituição do sujeito responsável, confiável e racional, que é distinto de um bárbaro, e “divide a sociedade em grupos homogêneos, grupos sociais, grupos étnicos, religiosos ou econômicos de iguais que são governados pela pressuposição de não-periculosidade”.

A trama discursiva dessas estratégias une pontos que produzem tanto a expectativa de uma vida segura quanto o medo dos acontecimentos futuros, e a mídia, em suas variadas formas, atua diretamente na produção desse paradoxo. O medo conduz a constantes buscas por precauções contra os perigos já detectados pelos saberes, tais como “o fumo, a obesidade, o *fast food*, o sexo sem proteção ou a exposição aos raios solares” (BAUMAN, 2009, p. 53-54), e garante o funcionamento dos dispositivos de segurança. A segurança das pessoas torna-se, dessa forma, o argumento determinante para qualquer estratégia de *marketing*, decisivo para os projetos políticos e campanhas eleitorais, fundamental na guerra pelos índices de audiência dos meios de comunicação de massa. A segurança procura trabalhar na realidade, fazendo os elementos da realidade atuarem uns em relação aos outros, através de uma série de análises e de disposições específicas.

No Brasil, assistimos, principalmente, desde junho de 2013, a manifestações populares batendo de frente com a violência do Estado, conforme Edson Teles (2014), autorizada pela democracia e legitimada por parcelas conservadoras da sociedade. O Estado trata esta ação como questão de segurança pública, dentro da doutrina do inimigo (vândalo, baderneiro, falso manifestante, o desordeiro) e os movimentos tratam de ocupar e expandir o espaço público. Na lógica do Estado, as estatísticas formam um padrão para a tomada de decisão e faz crescer em importância a ideia do risco e das políticas públicas do possível. A estratégia é diminuir os riscos, mas não se trata de acabar com as desigualdades e sim de encontrar a estabilidade necessária, fazendo com que a população se engaje voluntariamente.

Contudo, paradoxalmente, esse apelo constante à população acaba autorizando práticas, também, de exceção frente aos riscos e aos perigos do momento, fazendo com que os ideais de direita, silenciados pelo Estado Democrático de Direito que nasce com o fim da ditadura militar com a promessa de desfazer as injustiças do passado, se insurjam

como forma de resistência às exigências da democracia e à normatização de práticas sociais transformadas em leis. O Estado de Direito, com explica Teles (2014, p. 186), se organiza “justamente sobre a normatização das práticas sociais e, deste modo, instituem direitos, as leis e regulam as sociabilidades por meio do ordenamento jurídico”. Há um excesso do biopoder, conforme Foucault (1999), e um excesso de leis. François Ewald (1997, p. 206), escrevendo sobre “Foucault e a atualidade”, formula: “Eu imagino que Foucault teria se interessado pelos Estados Unidos do politicamente correto”. Politicamente correto, que defende os direitos humanos e luta contra a discriminação das minorias, utilizando, muitas vezes, as mesmas técnicas de policiamento e censura sobre a língua, de filtragem das palavras já utilizadas por governos autoritários. Teles (2014) fala de uma terapia social, opção legitimada como política de Estado com as democracias contemporâneas, por meio do consenso fabricado pelo e em torno do discurso dos direitos humanos, que opera a construção de um léxico, no qual antigos termos são ressignificados diante de novas teorias ou ideias, e coloca a democracia como o regime da eficiência, da justiça, da proteção à vida, capaz de desfazer as injustiças do passado. Ainda, conforme Teles (2014, p. 184), “é a marca da submissão do político ao ordenamento, justificada pela ideia de que a regra é preferível ao autoritário, pois possibilita a liberdade civil”, “a felicidade dos homens no mesmo espaço onde se imagina sua submissão às regras”. Os Direitos Humanos, que se transformam, no século XX em discurso e ação de resistência contra a opressão, paradoxalmente, se estendem dos movimentos sociais para ocupar novos lugares, nas convenções, nos eventos em que reúnem especialistas, nas políticas públicas, tendo os seus discursos utilizados, também, para legitimar violações de direitos por parte dos governos democráticos.

O apelo constante à população sobre os riscos e perigos das manifestações de ruas, a violência urbana, de um modo geral, produz também um desejo de retorno à ordem militar, aos valores morais e

cristãos, ao isolamento e punição daquele que é tido como diferente, e abre possibilidades para que entre em cena uma nova vítima, a elite de direita, que como “cidadão de bem”, quer preservar sua família, sua propriedade, sua circulação dentro da moral e dos bons costumes antigos, que, na concepção dos Direitos Humanos, já estavam sendo superados. Como instauramos uma democracia em que a vítima é impedida de ser agente de seu problema, e justamente por isso é vítima, pois deve ser representada, a classe de maior poder aquisitivo, diante da construção dos discursos da insegurança incontornável, se coloca no lugar de vítima, lutando também por seus valores higienistas, que só estavam adormecidos, mas esperando o primeiro sinal de falha das práticas sociais regulamentadas pelo estado de direitos humanos para virem à tona justificados pela emergência do momento. Durante este ano temos assistido a diversas manifestações que explicitam o caráter de intransigência da direita no Brasil em relação a vários pontos julgados como solucionados em relação à religião, à homossexualidade, ao papel da mulher, à mistura de indivíduos de diferentes classes, à presença de pobres em locais tidos como exclusivos da elite. Na Europa pós-crise, também, o Estado de segurança, com sua vocação em normatizar, desencadeia o retorno às formas autoritárias de solução para inseguranças da contemporaneidade. Em notícia recente podemos ler em um site de notícia: “As eleições para o parlamento europeu começaram hoje. [...] A preocupação é com a extrema-direita que está crescendo muito por lá e, nessa onda, vem junto o aumento da intolerância, a rejeição aos imigrantes, o preconceito religioso, o racismo. A eleição acontece num momento em que a União Europeia é questionada e vive uma crise de identidade”¹¹.

Essas considerações constituem uma tentativa de problematização da atualidade que não se fecha com este breve texto, mas que se configura

¹¹ Disponível em <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2014/05/comecam-eleicoes-paro-parlamento-europeu.html>>.

como possibilidade de integrar as reflexões sobre o excesso de leis para regulamentar as demandas sociais, que colocam a democracia como o regime que submete a prática política às técnicas de ordenamento e que adota a regra para não parecer autoritário. A urgência em responder aos problemas da população, técnica do dispositivo de segurança, acaba por colocar em funcionamento o dispositivo de inovação, que entra em cena para a busca de solução de problemas como a violência, a uso de drogas, epidemias, etc. e para a conquista de melhores resultados na qualidade e majoração da vida. Os dispositivos de poder, dessa forma, cumprem sutilmente seus objetivos, controlando e ditando os modos de fazer, mas aparecem como mecanismos de apoio, de garantia de saúde, bem-estar e segurança, justificando as ações filantrópicas e sociais, muitas vezes invasivas, mas capazes de construir a sensação de segurança e de oferecer dados, números, estatísticas, mostrando outras urgências para o aprimoramento dos dispositivos. As necessidades justificam a existência dos dispositivos de poder que devem ser constantemente inovados.

Dessa forma, o discurso de inovação é ferramenta fundamental nas sociedades de segurança, operando nas tecnologias de informação, vigilância e extermínio dos perigos, nos discursos dos direitos humanos e das transformações sociais, mas, também, ampliando a eficiência, precisão e o alcance das práticas autoritárias já conhecidas, mas que começam a emergir renovadas. De acordo com Lemke (2014), podemos detectar uma espécie de remoralização dos discursos políticos e sociais, que definiram, no passado, os comportamentos perigosos e de riscos, como forma de justificar as intervenções políticas, sociais e militares que fazem a distinção entre o bom e o mau, entre o amigo e o inimigo. A obsessão por controle, produtividade e lucro constrói uma democracia de efeito moral que pode até atenuar o sofrimento social, mas anula a possibilidade de reflexão e crítica acerca das possibilidades de estar no mundo e de construção de subjetividades que permitam também a desidentificação.

Referências

- AGAMBEN, G. **Por uma teoria do poder destituinte.** Atenas, Instituto Nicos Poulantzas e Juventude do SYRIZA, 16.11.2013. Entrevista Pública. Disponível em <http://5dias.wordpress.com/2014/02/11/por-uma-teoria-do-poder-destituinte-de-giorgio-agamben/>. Acesso em 01.03.2014.
- _____. **O que é um dispositivo?** In: O que é o contemporâneo? e outros ensaios. Chapecó: Argos, p. 25-51, 2009.
- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BRASIL. **Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004/2006/2004/Lei/L10.973.htm>. Acesso em: 04.04.2013.
- DELEUZE, G. Foucault. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- EWALD, F. **Foucault et l'actualité.** In: Dominique, F. et al. Au risque de Foucault. Paris: Centre Pompidou, 1997.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.
- _____. **Segurança, território, população.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. **O jogo de Michel Foucault.** In: MOTTA, M. B. da (org.) Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Ditos e Escritos IX. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

LEMKE, T. **Os riscos da segurança:** liberalismo, biopolítica e medo. In: VACCARO, S. e AVELINO, N. (org.). *Governamentalidade/Segurança*. São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes, 2014.

TELES, E. **Democracia de efeito moral.** Movimentos sociais e governabilidades em conflito. In: VACCARO, S. e AVELINO, N. (org.). *Governamentalidade/Segurança*. São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes, 2014.

Recebido em 30/11/2014 e Aceito em 11/03/2015.